EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

CRS	MUNICÍPIO	POP. GERAL	POP. BENEF.	EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA.						
				NEC	EXIST	% DE COBERTURA	IMPLANTAÇÃO	EXPANSÃO	TO TAL	% TOTAL
13º	Baião	23.477	15.000	10	03	30%	-	02	05	50%

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 20 de fevereiro de 2009.

Laura Nazareth de Azevedo Rossetti. **Jader Teixeira Gardeline.**
Secretária de Estado de Saúde Pública. Presidente do COSEMS/PA.

Presidente da CIB/Pará.

Resolução nº 06, de 20 de fevereiro de 2009.

A Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,
- **Considerando** a GM/MS nº 154 de 24/01/2008 que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF;
- **Considerando** a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 19/02/2009.

Resolve:

Art. 1º - o pleito de habilitação do município de Vitória do Xingu para receber o incentivo financeiro referente aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, conforme quantitativo e modalidade definido abaixo.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	MODALIDADE	
		TIPO I	TIPO II
Vitória do Xingu	10.206	-	01

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 20 de fevereiro de 2009.

Laura Nazareth de Azevedo Rossetti. **Jader Teixeira Gardeline.**
Secretária de Estado de Saúde Pública. Presidente do COSEMS/PA.

Presidente da CIB/Pará.

Resolução nº 07, de 20 de fevereiro de 2009.

A Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,
- **Considerando** Portaria GM/MS nº 648, de 28/03/2006 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (PSF) e a Estratégia Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
- **Considerando** Portaria GM/MS nº 2.143 de 09/10/2008 que cria o incentivo financeiro referente à inclusão do microscopista na atenção básica para realizar, prioritariamente, ações de controle da malária junto às Equipes de Agentes Comunitários de Saúde – EACS e/ou às Equipes de Saúde da Família - ESF.

- **Considerando** a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 19/02/2009.
Resolve:

Art. 1º - o pleito de implantação de Microscopistas na atenção básica, dos municípios de Jacareacanga, Senador José Porfírio e Tucuruí, conforme discriminado abaixo:

CRS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	MICROSCOPISTAS
			TETO PORTARIA 2.143 DE 09/10/2008
10º	Jacareacanga	34.755	03
10º	Senador José Porfírio	14.374	03
11º	Tucuruí	89.374	13

Art. 2º -Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 20 de fevereiro de 2009.

Laura Nazareth de Azevedo Rossetti. **Jader Teixeira Gardeline.**
Secretária de Estado de Saúde Pública. Presidente do COSEMS/PA.

Presidente da CIB/Pará.

Resolução nº 10, de 20 de fevereiro de 2009.

A Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e:
Considerando a GM/MS nº 2.313/GM de 19/12/02, que instituiu o Incentivo para os estados, Distrito Federal e municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST e aprova as normas relativas ao programa.
Considerando a Portaria GM/MS nº 2.314/GM, de 20/12/2002, que aprovou a Norma Técnica – Incentivo HIV/AIDS e outras DST – nº 01/2002.

Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 19/02/2009.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ações e Metas de HIV/AIDS e outras DST's do Estado do Pará- 2009.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 20 de fevereiro de 2009.

Laura Nazareth de Azevedo Rossetti. **Jader Teixeira Gardeline.**
Secretária de Estado de Saúde Pública. Presidente do COSEMS/PA.

Presidente da CIB/Pará.

Resolução nº 11, de 20 de fevereiro de 2009.

A Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,

- **Considerando** Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- **Considerando** Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências;

- **Considerando** Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, que aprova as Diretrizes Operacionais do Pacto pela Saúde 2006;

- **Considerando** Portaria nº 699/GM, de 30 de março de 2006, que regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão;

- **Considerando** a responsabilidade conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelo financiamento do Sistema Único de Saúde;

- **Considerando** Portaria GM/MS nº 648, de 28/03/2006 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (PSF) e a Estratégia Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

- **Considerando** necessidade de reorientar/reorganizar os repasses estaduais de recursos financeiros da atenção primária aos municípios de forma equânime;

- **Considerando** necessidade de fortalecer e valorizar a atenção primária no Estado do Pará, por meio da Estratégia Saúde da Família;

- **Considerando** a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 19/02/2009.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Estadual de Fortalecimento e Valorização da Atenção Primária em Saúde, nos termos do anexo desta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CIB nº 40 de 06/04/1999.
Belém, 20 de fevereiro de 2009.

Laura Nazareth de Azevedo Rossetti. **Jader Teixeira Gardeline.**
Secretária de Estado de Saúde Pública. Presidente do COSEMS/PA.

Presidente da CIB/Pará.

Anexo, Res. CIB nº 11, de 20/02/2009.**Plano Estadual de Fortalecimento e Valorização da Atenção Primária em Saúde- 2009.****Justificativa**

O Governo do Pará definiu como prioridade a saúde no Pará Terra de Direitos;

Reorientar/Reorganizar os repasses de recursos financeiros da Atenção primária que até hoje somente são realizados através de convênios para os municípios;

Principal desafio – promover expansão da Estratégia Saúde da Família com melhor desempenho das equipes e equidade e Concepção de política de saúde consolidada e fortalecida, tendo como ponto principal e protagonista a atenção primária.

Objetivo Geral

Fortalecer e Valorizar a Atenção primária no Estado do Pará através da Estratégia Saúde da Família.

Objetivos específicos

Ampliar a cobertura da estratégia saúde da família nos municípios paraenses, através do co-financiamento estadual com incremento das equipes de saúde da família e saúde bucal;

Incentivar a adesão dos municípios ao Pacto pela Saúde Melhorar o desempenho dos Serviços de Atenção primária, com ênfase na Estratégia Saúde da Família;

Alcançar metas definidas nos indicadores do Pacto pela Vida e Acompanhar e avaliar as metas/condicionalidades definidas no Plano.

Componentes da Proposta

Incentivo Financeiro Estadual
Educação Permanente
Humanização

Passos para repasse do Incentivo financeiro Estadual para os municípios:

Regulamentado por decreto da governadora;
95% dos recursos disponibilizados pelo Tesouro Estadual para fortalecimento da APS;

5% para fundo de reserva (retirado de cada município) para situações emergenciais e de necessidade de resposta rápida;

Aprovação pelo Conselho Municipal à Adesão ao Plano Assinatura do Termo de adesão pelos municípios ao plano e ao Pacto pela Saúde;

Certificação dos municípios em 03 categorias (A, B e C)= Ficha de Certificação: Infra-estrutura atenção à saúde, outras ações de saúde, gestão da saúde, e controle social;

Repasso fundo a fundo após adesão dos municípios;
Os recursos a serem repassados aos municípios consideraram um valor fixo e outro variável através de formula estatística e segundo critérios como: população dos municípios, área dos municípios, índice de concentração da população, IDH-M, IDI-M, fator ESF, e fator ESB.

A mudança de certificação somente ocorrerá 12 meses após certificação inicial;

O incentivo só poderá ser utilizado na APS (Atenção Primária em Saúde);

O monitoramento será contínuo e mensal.

O repasse de incentivos financeiros, a partir da concepção de co-responsabilização por estado e municípios, envolverá alguns eixos:

Expansão/Ampliação da ESF/SB

Melhoria de Desempenho dos Serviços de Atenção Básica/

Equipes de SF/SB

Expansão-ampliação da ESF/SB:

As metas de expansão a serem alcançadas em 3 anos estão definidas no quadro a seguir:

Cobertura atual	Cobertura proposta	
	SF	SB
0 a 30%	60%	50%
30 a <40%	70%	60%
40 a <60%	80%	70%
60 a <80%	90%	80%
>80%	100%	100%

Melhoria de Desempenho das ESF-ESB na Atenção Primária:

As Equipes Saúde da Família serão avaliadas pela Ficha de Monitoramento;

Infra-estrutura;

Atenção à saúde;

Gestão;

Controle Social;

Monitorados e avaliados mensalmente pelo Sistema de Informação através de vários indicadores.

Itens importantes ao incentivo estadual para fortalecimento da atenção primária

Os municípios deverão aprovar o plano de fortalecimento e valorização da atenção primária com resolução do Conselho Municipal de Saúde;

Posteriormente os municípios serão habilitados em 03 categorias (A, B e C)□;

O nível de certificação C, corresponde a 55% do valor máximo que o município pode receber, enquanto que o nível de certificação B receberá 75% do valor máximo especificado por município e o nível de certificação A garantirá o repasse total do teto estimado ou seja 95%;

A proposta trabalha com a perspectiva de não retirar recursos do município (no primeiro 06 meses após adesão) e sim possibilitar um maior aporte de recursos ao fundo municipal;

O bloqueio no repasse do recurso poderá ocorrer após 12 meses se não houver o cumprimento de 50% das condicionalidades (metas) definidas no plano.

Quadro de Certificação.

Avaliação	Pontuação
Nível de Certificação A	Acima de 25 pontos
Nível de Certificação B	Entre 20 e <de 25 pontos
Nível de Certificação C	Menos de 20 pontos

Educação Permanente**Justificativa:**

Necessidade de investimento permanente na qualificação de pessoal para que os princípios e diretrizes norteadores da ESF se constituam de fato em ações concretas de mudança no modelo de atenção e nas práticas de saúde

Objetivos:

Instrumentalizar os trabalhadores de saúde para a atenção integral em saúde;

Mudar as práticas de saúde para a promoção;

Etapas: